

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO**

IGOR SILVA DE BEARZI

**O PAPEL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE CAPITAL
SOCIAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ESTÂNCIA
VELHA**

SÃO LEOPOLDO

2016

IGOR SILVA DE BEARZI

**O PAPEL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE CAPITAL
SOCIAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ESTÂNCIA
VELHA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista
em Cooperativismo, pelo Curso de
Especialização em Cooperativismo da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Professor, Doutor, José Odelso Schneider

São Leopoldo

2016

*Ao meu Pai, Vitorino,
e a minha Mãe, Noemi.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer várias instituições e pessoas que foram fundamentais para o aprendizado e para a realização deste trabalho científico que marca uma importante superação para mim.

De início quero agradecer a CRESAL, cooperativa através da qual consegui uma bolsa de estudos do sistema SESCOOP que foi fundamental para que cursasse a especialização. Quero agradecer a EMATER/RS-ASCAR que me liberou e incentivou para que cursasse a especialização e que pretendo retribuir com o trabalho hoje mais qualificado no que se refere aos conteúdos estudados. Quero também agradecer o sistema SESCOOP que oportuniza aos interessados em estudar o cooperativismo um curso para se qualificarem.

Quero agradecer às UNISINOS que ofereceu o curso e que, reforçando a sua boa fama de instituição de ensino de alta qualidade, contribuiu para que pudéssemos aprender e refletir sobre a doutrina e a prática do funcionamento do cooperativismo, com estrutura adequada e professores (as) qualificados,.

Quero agradecer aos meus colegas pela contribuição para com o meu aprendizado através dos debates e trabalhos realizados em aula e fora dela e pelas novas amizades que construímos. Quero agradecer as cooperativas que nos receberam para que conhecêssemos e discutíssemos sobre a realidade encontrada nestas instituições.

De forma muito especial, agradeço a abertura e colaboração de todos os sócios na APREV, instituição que muito me orgulho em poder dizer que contribuo no seu funcionamento e para que conquiste sempre novos avanços. Através do trabalho junto à associação aprendo diariamente sobre os desafios da prática do associativismo e do cooperativismo, o que contribui para que aprofunde minhas reflexões e aprimore o meu trabalho.

Com admiração, agradeço ao meu professor e orientador, Padre José Odelso Schneider, cujo vasto conhecimento e experiência permitiu que aprendêssemos em aula e que me deu a honra de ser seu orientado, podendo conhecer sua humildade, dedicação e poder contar com as suas sábias observações e contribuições.

Com carinho, quero agradecer à minha companheira, conselheira, minha amada Paula, que teve a compreensão e respeitou a minha vontade de dedicar-me aos estudos, o que implicou em abrir mão de muitos momentos que poderiam ser dedicados ao convívio, ao lazer, à viagens.

Também, com muito carinho, quero agradecer à minha família e a família da Paula, que sempre me apoiam, me amparam e que souberam entender as dificuldades para viajar e contar com a alegre companhia deles.

RESUMO

O presente estudo visou contribuir para uma discussão que marca o cooperativismo e o associativismo desde a sua origem, um amplo, profundo e polêmico debate sobre a relação entre Estado e formas associativas ou cooperativas. Buscou-se analisar o papel desempenhado por uma política pública, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na constituição de uma associação com personalidade jurídica, a Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha (APREV). Este esforço científico ganha importância na medida em que se identifica uma correlação positiva entre a existência de organizações cooperativas e associativas e índices de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida. Tal percepção justifica significativas iniciativas do Estado que buscam incentivar a organização, neste caso, dos agricultores familiares, o que reforça a importância de esforços teóricos que identifiquem as possibilidades, dificuldades e limitações de experiências como esta da APREV. O referencial teórico-analítico principal que embasou o estudo visou contribuir para a identificação de evidências que indiquem a formação de capital social expresso na aproximação, no distanciamento ou aprofundamento das relações mantidas entre os agricultores familiares sócios na APREV, ou seja, a dinâmica da implementação da política pública e a formação de “redes duráveis de relações”. Também foi realizada uma reflexão sobre o comportamento humano e sobre os desafios que estão postos para a construção de indivíduos solidários e cooperativistas. Esta pesquisa localiza-se no universo das pesquisas qualitativas, buscando analisar o caso da APREV e utilizando para tal empreendimento teórico diferentes técnicas de pesquisa (Pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas semi-estruturadas). A análise dos resultados e conclusões dão conta de que apesar dos relutantes comportamentos individualistas e egoístas, que tentamos demonstrar estar no âmago da sociedade capitalista, os agricultores associados a APREV uniram-se para formar a associação, aproximando ou consolidando relações entre os agricultores, o que permitiu que participassem do PNAE em Estância Velha, mas tendo trazido também outros benefícios que contribuem para a sustentabilidade das propriedades. Foi evidenciado também que os agentes uniram-se na medida em que identificaram vantagens em participar, através da associação, no PNAE, atitude interessada que reforça a importância de estímulos a cooperação, dentre os quais, os promovidos pelo Estado.

Palavras Chave: Cooperativismo. Associativismo. Comportamento Humano. Capital Social.

LISTA DE SIGLAS

APREV – Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DAP Pessoa Jurídica - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pessoa Jurídica

EMATER/RS-ASCAR – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

FEAPER/RS - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Prefeitura Municipal de Estância Velha

SEMEC –Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Estância Velha.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estância Velha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	8
1.2. OBJETIVOS	12
1.2.1. OBJETIVO GERAL	12
1.2.2. OBJETIVO ESPECÍFICOS	12
1.3. JUSTIFICATIVA.....	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1. AS CONTRIBUIÇÕES DOS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO: DAS CRÍTICAS AO CAPITALISMO CONCORRENCIAL ÀS ELABORAÇÕES QUE REIVINDICAM O APOIO DO ESTADO	14
2.2. O COMPORTAMENTO HUMANO: DA CONSTRUÇÃO INDIVIDUALISTA À EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA.....	18
2.3. A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO ASSOCIATIVISTA.	23
3. METODOLOGIA	25
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	26
3.2. TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS	27
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	29
4.1. A RELAÇÃO ENTRE A EXECUÇÃO DO PNAE EM ESTÂNCIA VELHA E A CRIAÇÃO DA APREV	30
4.2. AS RESISTÊNCIAS INDIVIDUALISTAS E A CONSTRUÇÃO DO “ESPÍRITO” DA COOPERAÇÃO E DA SOLIDARIEDADE.....	37
4.3. O ELO (CAPITAL SOCIAL) CRIADO A PARTIR DA POLÍTICA PÚBLICA DO PNAE.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa contribuir para uma discussão que marca o cooperativismo desde a sua origem, um amplo, profundo e polêmico debate sobre a relação entre Estado e formas associativas ou cooperativas. Resguardadas as proporções e limitações, o estudo busca analisar o papel desempenhado por uma política pública, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na constituição de uma associação com personalidade jurídica, a Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha (APREV).

A abordagem teórica que embasa o estudo são as elaborações sobre Capital Social de Pierre Bourdieu (1996; 1998), pois será discutido o papel do PNAE na construção ou consolidação de “redes duráveis de relações”, ou seja, capital social na abordagem Bourdieana. Obras de teóricos precursores do cooperativismo como Louis Blanc (1839), já discutiam o assunto, reclamando a presença do Estado no impulso inicial de organizações cooperativas. Bourdieu encaixa-se no estudo como retaguarda teórica para a compreensão do fenômeno das relações estabelecidas em grupos associativos ou cooperativos.

O presente estudo ganha importância na medida em que se identifica uma correlação positiva entre a existência de organizações cooperativas e associativas e índices de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida. Tal percepção justifica significativas iniciativas do Estado que buscam incentivar a organização, no nosso caso, dos agricultores familiares, o que reforça a importância de esforços teóricos que identifiquem as possibilidades, dificuldades e limitações de experiências como esta da APREV.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Estudos apontam para a percepção de que os processos históricos de organização social em redes duráveis de relações, em grupos de proximidade, constituem elemento explicativo de processos de cooperação criados, principalmente, na dimensão local e regional. Intrínsecos aos seus objetivos ou enquanto externalidades positivas, identificam-se benefícios aos agentes que se agregam nestes grupos e à comunidade local. A partir desta interpretação, instituições de diferentes origens e características colocaram-se a estimular a formação de grupos associativos e cooperativos. O Estado, através das suas políticas públicas, com variantes conforme as matizes político-ideológicas governamentais, também passou a incentivar a formação destes grupos em determinadas áreas de atuação.

Já no século XIX, autores como Louis Blanc, um destacado precursor do cooperativismo, defendeu a participação do Estado na constituição de “fábricas, ateliers ou oficinas sociais”, especialmente junto a população de baixa renda, admitindo empréstimo estatal no seu início, devido aos trabalhadores não possuírem fundos para a sua criação, e também reivindicando que o Estado dirigisse as “fábricas sociais” no seu começo, até que os seus associados se conhecessem e tivessem condições de coordenar a gestão autônoma da entidade, aí sim podendo eleger sua diretoria e dirigir a organização (PINHO, 1977; DRIMER e DIMER, 1981). Segundo as autoras, Blanc foi um defensor do direito ao trabalho enquanto alicerce para o livre desenvolvimento das faculdades humanas, propondo a “criação de associações em que cada um, neste empreendimento coletivo, seja co-proprietário dos instrumentos de produção”, numa organização para produção e comercialização especializada que ele chamou de atelier social ou fábrica social.

Mais recentemente, indo ao encontro de Blanc, Peter Evans (apud COSTA e COSTA, 2005), um representante da corrente neoinstitucionalista, considera “central as políticas públicas nos processos de mudança social”. O Estado seria capaz de mobilizar os recursos iniciais da comunidade, promovendo a concertação social e gerando bem-estar social. Se por um lado esses autores reivindicam a participação do Estado na formação de associações e cooperativas, Schneider (2012, p. 257) resgata o princípio da autonomia e independência do cooperativismo, contudo, afirma também que “o cooperativismo aceita e, às vezes, até reclama a colaboração do poder público, mas desde que o respeite na sua especificidade e autonomia”. As discussões e experiências cooperativas dão conta de que esta é uma discussão necessária, haja vista as vantagens que podem ser auferidas a empreendimentos cooperativos a partir dos estímulos do Estado, bem como, sobre as circunstâncias criadas a partir de normas, incentivos, ingerências e restrições estabelecidas pelo Estado que, não raro, conduziram a vícios e fracassos de experiências cooperativas.

Segundo Bourdieu (1998, p. 67), o capital social é expresso pela existência de “redes duráveis de relações”, um dado real ou potencial, cuja formação depende de um trabalho permanente de instauração e manutenção, e cuja existência tem como finalidade e justificava a conquista de “lucros” aos agentes vinculados no grupo. Neste sentido, a vinculação a grupos constitui um ato interessado que traz benefícios aos agentes sociais, na forma de serviços ou de patrimônio simbólico, o que justifica e vai ao encontro das proposições que reclamam o apoio, mesmo que inicialmente, do Estado para a constituição de organizações associativas e cooperativas.

No âmbito de algumas políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas pelo Governo Federal desde 2003, identifica-se uma intencionalidade na construção destas em promover a organização associativista e cooperativista. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009 através da Lei 11.947/2009, estabeleceu que “do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (...). A Resolução N° 26/2013/FNDE estabeleceu as normas de execução do PNAE, bem como a forma e critérios para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. A forma de aquisição dos alimentos da agricultura familiar estabelecida pela resolução dispensa licitação, devendo ser realizada mediante Chamada Pública, procedimento diferenciado onde os preços devem ser condizentes com os praticados no mercado, contudo, serão priorizadas as propostas segundo determinados critérios de desempate, dentre os quais, o que prioriza os fornecedores locais e a aquisição dos alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (possuidores de CNPJ), sobre os grupos informais e, destes, sobre agricultores que se coloquem no certame individualmente. Supõe-se, portanto, que a garantia de vantagens competitivas em políticas públicas para agricultores familiares organizados em formas associativas e cooperativas vem ao encontro da percepção de que a constituição de grupos auferem benefícios aos participantes nestas redes duráveis de relações, o que justificaria o estímulo à cooperação. O estímulo à organização dos agricultores está implícito nos propósitos do PNAE, como podemos ver na Cartilha do PNAE (2015) em que se afirma o papel indutor e de potencialização da “organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social”.

A partir da instituição do PNAE através da Lei N° 11.947/2009, os agricultores, suas organizações e instituições de assistência técnica passaram a incentivar e organizar a participação dos agricultores familiares e dos empreendedores familiares rurais ou de suas organizações nas chamadas públicas do PNAE. No município de Estância Velha/RS, a partir da iniciativa dos agricultores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da EMATER/RS-ASCAR, foi criada a Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha (APREV) com o “objetivo principal de representar seus associados junto às instituições de direito público que adquirem gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar ao abrigo da Lei Federal n° 11.947/2009” (Livro Atas da APREV). Constituída a associação, registrada enquanto pessoa jurídica, esta, através de seus dirigentes, passou a representar seus associados na participação na Chamada Pública do PNAE da Prefeitura Municipal de Estância Velha e a

contribuir na organização da participação dos seus associados enquanto grupos informais nas Chamadas Públicas do PNAE abertas pelas escolas estaduais localizadas no município.

Entende-se que a existência de redes duráveis de relações permanentes e úteis é um possível fator que justifica os êxitos de experiências associativas e cooperativas, cujo “lucro que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível”. (BOURDIEU, 1998, p. 67). Neste sentido, este estudo se propõe a investigar qual foi o papel do PNAE na formação de capital social expresso na aproximação, consolidação ou distanciamento das relações estabelecidas entre os agricultores familiares sócios na APREV?

O estudo do potencial de políticas públicas em gerar capital social vem ao encontro da percepção de que estas redes duráveis de relações são úteis ao grupo diretamente envolvido, bem como podem gerar externalidades positivas a serem sentidas pela comunidade local onde estão inseridos. Entendida como positiva a existência de capital social nestas circunstâncias, nos importa também analisar as nuances do processo de constituição do grupo, o que permite às políticas públicas, bem como, aos demais agentes que se relacionam ou mantêm proximidade com o grupo, dentre os quais estão os órgãos de extensão rural, conheçam com maior profundidade as razões que levam os agricultores sócios a se organizarem em associações como a APREV e a manterem as redes de relações que constituíram.

1.2. OBJETIVOS

Neste item pretende-se explicitar quais foram os objetivos desta pesquisa que visam contribuir aos esforços teóricos que objetivam melhorar a percepção sobre os fenômenos do associativismo e cooperativismo.

1.2.1.OBJETIVO GERAL

Analisar qual foi o papel desempenhado pelo PNAE na formação de capital social expresso na aproximação, no distanciamento ou no aprofundamento das relações mantidas entre os agricultores familiares sócios na APREV.

1.2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever o processo de implementação do PNAE em Estância Velha e sua relação com a constituição da APREV;
- b) Analisar as relações constituídas entre os sócios da APREV a partir da operacionalização do PNAE em Estância Velha;
- c) Identificar possíveis motivações que justificaram ou não o aprofundamento das relações mantidas entre os sócios da APREV;

1.3. JUSTIFICATIVA

A cooperação enquanto ação conjunta de agentes sociais buscando atingir um objetivo comum, no seu sentido amplo de ação social, acompanha a história da humanidade. O sinergismo positivo criado a partir da cooperação permitiu e permite aos homens alcançar importantes feitos, servindo a propósitos mais elementares como buscar atender suas necessidades fisiológicas, até objetivos mais complexos como a construção de complexas formas de organização que garantem o funcionamento de grandes cooperativas e suas organizações nacionais e internacionais. Sem a integração via prática da cooperação, as sociedades se desintegrariam anarquicamente (SCHNEIDER, 2015).

A popularização do cooperativismo e do associativismo apresenta-se como um importante instrumento para inclusão social e crescimento com distribuição de renda. O cooperativismo é estratégico para o avanço democrático e a promoção do desenvolvimento local. Na agricultura familiar não é diferente, os(as) agricultores(as) fortalecem-se na medida em que suas organizações cooperativas prosperam (INFOCOS-CRESOL, 2008). Sendo assim, o estímulo ao cooperativismo constitui uma importante ação visando o fortalecimento da agricultura familiar, esforço encontrado no PNAE, ao definir em Lei a obrigação de compra de no mínimo 30% dos alimentos adquiridos para alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar e de suas organizações, que são colocadas em vantagem nos critérios de classificação.

A experiência da Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha (APREV) é um exemplo de cooperação que permite a organização dos agricultores para participação no PNAE. A organização dos agricultores na APREV permitiu também o acesso a outros benefícios, como a compra de um caminhão para distribuição dos alimentos e o acesso a políticas de crédito subsidiado pelos associados. O acesso aos mercados institucionais como o PNAE, representa a solução para um problema enfrentado por muito agricultores, a existência de canais de comercialização para seus produtos e a certeza do pagamento dos produtos fornecidos. Desta forma, justifica-se a necessidade da realização de estudos sobre os benefícios deste programa, de modo que os evidentes resultados positivos gerados venham a ser aperfeiçoados e programas como este sejam fortalecidos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo trazemos a contribuição de alguns autores e suas teorias para embasar a constituição de um fio de análise que dê conta de explicar também teoricamente a experiência da formação de capital social expressa, neste caso, na constituição de uma associação, a APREV. Três capítulos foram escritos com este propósito, sendo que o primeiro deles reconstitui a crítica dos precursores do cooperativismo ao capitalismo concorrencial, no século XIX, e as primeiras reivindicações de apoio Estatal para a constituição de associações e cooperativas. No segundo capítulo discute-se sobre o comportamento humano, buscando identificar em que medida o comportamento individualista e egoísta é um comportamento intrínseco ou historicamente construído no mundo social capitalista, também discutindo o caráter vital que possui a educação voltada para a constituição de agentes sociais solidários, que praticam ajuda-mútua e a cooperação. Por fim, no terceiro capítulo é abordado o tema do capital social, trazendo elementos para discutirmos mais adiante sobre a importância da formação de “redes duráveis de relações” para a constituição de laços de solidariedade e a prática da cooperação necessária à construção associativista e cooperativista.

2.1. AS CONTRIBUIÇÕES DOS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO: DAS CRÍTICAS AO CAPITALISMO CONCORRENCIAL ÀS ELABORAÇÕES QUE REIVINDICAM O APOIO DO ESTADO

Posicionados como críticos ferozes ao liberalismo econômico ou a suas faces mais perversas, erguem-se os socialistas utópicos, também conhecidos como precursores do cooperativismo. Neste trabalho, destacamos os mais influentes socialistas utópicos franceses e ingleses. Os socialistas utópicos, inspirados na tradição de liberdade de Descartes e na razão pensante como única forma de explicar as coisas, refletiram sobre experiências de ajuda mútua de sua época, influenciando novas experiências associativas e também sendo protagonistas da construção de experiências como idealizavam (PINHO, 1977). Ainda segundo esta autora, os socialistas utópicos buscavam uma sociedade mais equitativa por meio de associações voluntárias ou modificações na organização da produção industrial, ou ainda, modificações no regime de trocas.

Dentre os precursores do cooperativismo, destacam-se as contribuições de Robert Owen, Charles Fourier, William King, Philippe Bouchez e Louis Blanc. Robert Owen (1777-1858) combateu o lucro, a concorrência e a divisão social entre patrões e operários, afirmando que:

[...]toda produção deve ser dos trabalhadores. E isto ocorrerá se os homens produzirem através de associações de tipo cooperativo: além das vantagens da propriedade comum dos meios de produção, as cooperativas suprimem os desequilíbrios entre a produção e consumo, afastando as crises econômicas. (PINHO, 1977, p. 76)

Charles Fourier (1772-1837), através da sua proposta associativista dos falanstérios (organização de 1500 a 2000 pessoas, onde proprietários, capitalistas e operários se reuniram e harmoniosamente criaram comunidades autossuficientes), busca substituir a “mesquinha unidade doméstica ou familiar por grandes serviços coletivos”. A propriedade privada é mantida nos falanstérios, embora enquanto co-propriedade, pois o autor identifica nesta uma forma de tornar o trabalho atraente e produtivo. Segundo Pinho (1997):

Fourier procura inter-relacionar, propositalmente, os interesses do trabalhador, do capitalista e do consumidor, de modo que cada acionista ou societário acumule em sua pessoa, todos os interesses opostos. [...] Dessa inter-relação, os contrastes, as diferenças e as desigualdades que existem entre os homens, ao invés de combatidos, serão utilizados, pois a harmonia é feita de dissonâncias. (PINHO, 1977, p. 79).

Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796 – 1865) defendia a associação cooperativa dos trabalhadores livres, mas pacificamente e sem espoliação. Segundo Pinho (1977), Buchez defendia que “[...]Os operários de uma categoria profissional reunir-se-iam para: colocar em comum suas poupanças; obter empréstimos; produzir em comum; assegurar a todos igual salário; e reunir as receitas líquidas em um fundo comum.” De acordo com Drimer e Drimer (1981), Buchez estabeleceu as bases das cooperativas operárias de produção, onde voluntariamente os trabalhadores se ligariam, firmando um contrato e se transformando em seus próprios empresários. Os autores ainda escrevem que Buchez preconizava que os operários:

(...) debían reunir en un determinado punto sus herramientas o utiles de trabajo, aportar sus modestos ahorros, elegir libremente a algunos de los mismos asociados para que se encargaran de la direcion y representacion de la sociedade y, por fin, emprender la produción em común.[...] Los trabajadores asociados recibirían un sueldo, conforme a las normas aplicadas habitualmente en el respectivo gremio y de

acuerdo con su habilidad individual. Pero, además, en su carácter de empresaria, la entidad reservaría para sí misma una cantidad equivalente a la que retienen, por lo común, los empresarios o intermediarios. (DRIMER e DRIMER, 1981, p. 215).-

Outro destacado precursor do cooperativismo, Louis Blanc (1812-1882), condenava a livre concorrência, “principal responsável pelos males e injustiças sociais, nociva para os operários e também para a burguesia” (PINHO, 1977). Para ele, “A concorrência é para o povo um sistema de extermínio; que a concorrência é para a burguesia causa de crescente empobrecimento e ruína” (BLANC, 1839, p. 198). Defensor do direito ao trabalho enquanto alicerce para o livre desenvolvimento das faculdades humanas, via na livre concorrência o motivo da separação entre os detentores dos instrumentos de produção e aqueles que utilizam destes para executar seu trabalho e afirmava que daí vinha “A necessidade de criação de associações em que cada um seja co-proprietário dos instrumentos de produção” [...], numa organização para produção especializada e também para comercialização que ele chamou de atelier social ou fábrica social. Segundo PINHO (1977) e DRIMER e DRIMER (1981), a fábrica social admitia empréstimo estatal no seu início, devido aos trabalhadores não possuírem fundos para a sua criação, também sendo dirigida pelo Estado no seu começo, até que os seus associados se conhecessem, aí sim podendo eleger sua diretoria e dirigir a organização.

O socialista Louis Blanc apresenta uma proposta à organização do trabalho alternativa ao capitalismo concorrencial que buscava construir progressivamente uma sociedade baseada no associativismo. Nesta proposta, o autor defende um governo regulador da produção e investido de grande poder para cumprir esta tarefa, atuando com o objetivo de eliminar a concorrência. O autor escreve que “o governo levantaria um empréstimo, cujo montante seria destinado à criação de fábricas sociais nos ramos mais importantes da indústria nacional”. O governo elaboraria os estatutos das fábricas ou oficinas sociais, que seriam debatidas e votadas pela representação nacional. Operários que apresentassem provas de moralidade seriam convocados a trabalhar, sendo a remuneração destes realizada conforme uma hierarquia de funções, porém o salário garantiria satisfatoriamente a vida do trabalhador. Esta hierarquia de funções existiria no primeiro ano, pois após este os trabalhadores já teriam se conhecido, e “[...] estando todos igualmente interessados, a hierarquia seria estabelecida por eleição” (BLANC, 1839)

Conforme Blanc (1839), a superioridade da fábrica social em relação às demais indústrias reside nas economias da vida em comum e no maior interesse dos trabalhadores em produzir rápido e bem. A proteção das fábricas sociais da concorrência predatória exercida

pelos estabelecimentos capitalistas seria garantida pelo Estado, que não permitiria uma queda muito acentuada do valor dos produtos das fábricas. Ao contrário da guerra industrial existente entre capitalistas, o governo, exercendo sua função regulatória, realizaria uma santa concorrência, que “seria conduzida sem brutalidade, sem abalos e de modo a atingir apenas a sua finalidade, a absorção sucessiva e pacífica das fábricas individuais pelas fábricas sociais”. Crescentemente, a associação avançaria entre todas as indústrias de um ramo, depois de outros ramos e, por fim, seria necessário consagrar a solidariedade de todas as indústrias. Através de quotas definidas para ajudar indústrias em dificuldades, o Estado daria esse amparo, as crises seriam mais raras devido à eliminação da concorrência predatória e, por fim, buscar-se-ia construir uma diplomacia baseada nas “[...] necessidades da indústria e nas conveniências recíprocas dos trabalhadores em todas as partes do mundo”.

Identificados como os pioneiros do cooperativismo moderno, os 28 tecelões responsáveis pela criação da Cooperativa de Consumo de Rochdale (distrito de Lancashire, na Inglaterra), foram influenciados pelas ideias e ideais dos precursores do cooperativismo, destacadamente de um deles, Robert Owen, ao qual alguns dos pioneiros eram seguidores e o conheciam pessoalmente. Fundada em 1844, a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale trazia consigo nobres propósitos, inicialmente com a criação de um armazém para compra em comum e venda de gêneros alimentícios; mas também comprar e construir casas para os membros; produzir artigos e oferecer trabalho aos desocupados; assim que possível, proceder a organização da produção, da distribuição e da educação, organizando uma colônia autônoma; solidariamente, auxiliar às demais sociedades cooperativas; e, afim de propagar a abstinência, abrir um estabelecimento de temperança (PINHO, 1977). Assim como a cooperativa dos pioneiros foi influenciada pelos precursores, as inúmeras outras cooperativas criadas desde então trazem consigo valores, propósitos e visão influenciados pelas elaborações destes. A auto-ajuda, a ajuda mútua, reciprocidade, solidariedade, são valores ainda preconizados pelo cooperativismo, cujas origens também guardam inspiração nas elaborações dos precursores.

A discussão iniciada pelos precursores do cooperativismo e que permanece atual e necessária aos empreendimentos cooperativos é sobre sua relação com o Estado, pois são diversas as experiências advindas desta complexa relação. Existem casos em que a experiência associativa ou cooperativa tornou-se dependente do apoio Estatal e, diante da falta deste, sucumbiram. Outras experiências mostraram que a submissão das associações e cooperativas aos interesses do Estado podem levá-las a um distanciamento dos interesses dos seus associados, por vezes carregando consigo uma ação tutelada e uma atitude e expectativa paternalista, onde a cooperativa não pode se guiar por suas decisões democrática e

autonomamente tomadas, mas sim deve obedecer a orientações determinadas para sua atuação. Outras experiências souberam aproveitar o apoio Estatal, em especial, nas suas fases iniciais, e, em alguns casos, continuam recebendo suporte, apoio e mantém relação de parceria, sem, contudo, perder sua autonomia ou sendo obrigadas a obedecer determinações do Estado. Portanto, analisar a relação entre políticas públicas e as organizações associativas ou cooperativas com quem mantém relação continua sendo um assunto atual, sendo o caso da APREV e o PNAE uma experiência a ser analisada e que pode contribuir à reflexão sobre outras realidades similares.

2.2. O COMPORTAMENTO HUMANO: DA CONSTRUÇÃO INDIVIDUALISTA À EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

As diferentes formas de relação social mantidas na produção e reprodução da vida humana compõe um elemento central na explicação do desenvolvimento de diferentes sociedades, ou então, da história de desenvolvimento de uma dada sociedade. O feudalismo mantinha suas formas verticais estanques e impermeáveis que o capitalismo fez sucumbir, criando novas formas de relação, aparentemente mais permeáveis. O capitalismo suplantou o feudalismo através de um longo processo, dos quais são explicativos: as mudanças nas formas de propriedade nos feudos a partir do movimento dos cercamentos e criação da propriedade privada; a expansão do comércio entre as crescentes cidades e entre países; novas descobertas científicas; redução dos excedentes da produção que são destinados à classe dominante; a mudança das relações de trabalho que transitaram do artesanal e da submissão ao senhor feudal, para unidades domésticas de produção e, por fim, para a criação de indústrias e de propriedades nos campos (HUNT, 2013). A Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo criaram um novo modo de produção, cujas interfaces entre as forças produtivas e relações sociais de produção dão forma a uma organização da produção e reprodução da vida humana. Durante séculos, o modo de produção feudal transitou para o capitalismo, que segundo o autor pode ser assim caracterizado:

O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista,

aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico. (HUNT, 2013, p. 2)

Considerado o primeiro economista a formular uma teoria abstrata, completa e coerente sobre o capitalismo, Adam Smith (1723 – 1790) viveu no período em que o mundo ocidental transitava do feudalismo para o capitalismo, cujas características já se encontravam delineadas, num processo em que inovações tecnológicas impulsionavam a produtividade, o que ficou conhecido como Revolução Industrial. Este fenômeno ocasionou reconfigurações institucionais, mudanças na estrutura de classes sociais e da distribuição de riqueza e poder entre estas classes. Segundo Bianchi e Santos (2005), o período em que ocorreu a Revolução Industrial também foi marcado por mudanças profundas na ética e nos valores predominantes entre os indivíduos, tendo Adam Smith, enquanto filósofo, contribuído para moldar uma nova moral condizente com novos objetivos motivadores da ação dos indivíduos capitalistas. Em sua obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, escrita em 1759, obra mais estimada pelo próprio Smith, o autor apresenta o conceito de simpatia, que seria a capacidade dos indivíduos de se colocar no lugar dos outros, o que os permitiria avaliar se determinada ação é adequada ou não. Raciocinando desta forma, o indivíduo, enquanto “espectador imparcial”, seria capaz de julgar o que é certo e o que é errado, possibilitando-o compatibilizar o auto-interesse com o bem-estar coletivo. Anunciando o que seria a sua teoria econômica, Smith introduz nesta obra a noção do auto-interesse, que seria “[...] um sentimento natural ao ser humano [...] significa apenas que cada pessoa deve saber o que é melhor para si [...] quando dirigido para assuntos econômicos, o auto-interesse bem dosado se converteria na virtude da prudência” (BIANCHI E SANTOS, 2005, p. 4). Uma passagem da obra *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, aqui retirada do livro de Hunt (2013), sintetiza essa sua interpretação sobre o que move o indivíduo:

Não devemos esperar que nosso jantar venha da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro, mas, sim, de sua consideração para com os seus próprios interesses. Nós não nos dirigimos ao seu humanismo, e sim ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas de suas vantagens. SMITH (1776, apud, HUNT, 2013, p. 51)

Amplamente conhecida, a metáfora da mão invisível cunhada por Smith sintetizou genialmente um conjunto de proposições teóricas em discussão na época. Segundo Bianchi e Santos (2005), a mão invisível seria uma consequência não-intencional da ação do indivíduo capitalista, que ao agir guiado pelo seu próprio interesse, sem saber, acaba contribuindo para o bem comum, o que não era seu objetivo declarado. Na acepção de Smith, a mão invisível seria

uma consequência não intencional benéfica, pois se todo indivíduo agisse buscando enriquecer, e, tendo que todo indivíduo sabe julgar sobre o que é do seu próprio interesse e sobre os meios para atingí-lo, esse indivíduo enriquecerá. Todos agindo assim, todos enriquecerão e, portanto, o país como um todo enriquecerá. Em *A Riqueza das Nações* (1776), Smith afirma que “[...] Cuidando do seu próprio interesse, o indivíduo, quase sempre, promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente deseja promover-lo” (HUNT, 2013, p. 50), o que pode ser considerado uma teoria que se opõe às elaborações que afirmam a importância da solidariedade, da ajuda mútua e da reciprocidade na sociedade.

Max Weber, a partir de uma abordagem mais localizada no âmbito da sociologia, também se dedicou à análise da racionalidade do indivíduo capitalista e das ideias que acompanharam o movimento de transformações do modo de produção feudal para o capitalista. Pierucci (2005) explica que Weber identificou na ética protestante, mais especificamente no protestantismo ascético em propagação na Europa Ocidental no século XVI, uma variante cultural que desembocava num novo ethos profissional, uma nova forma de encarar a atividade econômica inteiramente racional. Segundo Hunt (2013, p.25), “o princípio básico do protestantismo “[...] era a doutrina de que os homens eram justos pela fé e não pelas obras”, ideia contrária ao que o catolicismo ensinava. Para avaliar se suas ações e comportamento agradavam a Deus, os homens deviam voltar-se para si mesmos e julgar-se a si próprios. A partir destas premissas, forjou-se uma nova forma de pensar, em que o indivíduo capitalista olhava para si como um abençoado por possuir uma propriedade privada e que, para glorificar a Deus, devia dedicar-se constante e eficientemente ao trabalho, ao estudo, buscando sobressair-se e enriquecer.

Contudo, como asseguram as elaborações de Piketty expostas por Avila e Conceição (2015), é uma ilusão achar que a apropriação da renda e da riqueza no capitalismo seja garantida como recompensa ao esforço, ao talento e ao estudo. Segundo os autores, a melhor explicação para a distribuição da riqueza encontra explicação na reprodução dos padrões de apropriação das heranças e na remuneração do capital. As elaborações de Piketty colocam em xeque a visão que afirma que o comportamento individualista e competitivo garantiria ascensão social, o que merece discussão e remete a analisar a essência ou construção do comportamento dos agentes.

Se olharmos para a realidade brasileira atual, veremos uma sociedade com comportamento predominantemente individualista e consumista, o que demonstra a capacidade de penetração social e o poder exercido sobre a consciência social de trabalhadores, capitalistas e rentistas, das ideias que consolidaram este comportamento do indivíduo guiado pelo seu próprio interesse. O apelo para que as pessoas consumam, e que, por consumirem sejam felizes,

é bastante presente na realidade atual, tendo a publicidade e a propaganda assumido um importante papel na sustentação de vendas de determinadas empresas. Contudo, contemporâneos a Smith nos debates entre os chamados clássicos, existem teorias que questionam a afirmação de que o homem auto-interessado e egoísta é um comportamento intrínseco a natureza humana, uma moral pertencente a existência humana. Segundo Paulani (2005), autores como Karl Marx escreveram que a forma de pensar dos indivíduos está associada à realidade em que ele está inserido, à configuração das relações sociais em que ele esteve imerso desde o seu nascimento. Portanto, os indivíduos criados numa sociedade cujas bases econômicas são capitalistas teriam sua consciência social determinada por este meio em que vivem. Nesta perspectiva, a consciência dos seres humanos seria uma construção social. Nas palavras de Marx:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida (o primeiro ato histórico dos homens, pelo qual se distinguem dos animais não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida). (...) O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se pode considerar tal modo de produção sob um único ponto de vista, a saber, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de (...) determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. (PAULANI, p.12)

Bourdieu (1996, p. 17-18) escreveu que é preciso tomar cuidado para não tomar como intrínsecas aos agentes ou aos grupos, propriedades que ocorrem em um momento dado, a partir de uma dada posição em um “[...] espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis”. Para o autor, o espaço social aglutina um conjunto de posições ou classes de posições distintas e coexistentes, “definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”, cujas posições são categorizadas a partir de dois princípios de diferenciação. Como exemplo, o autor traz a realidade de uma nação desenvolvida como os Estados Unidos, onde os princípios de diferenciação no espaço social mais eficientes seriam a do capital econômico e do capital cultural, o que indica que os agentes tem tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nestas duas dimensões. Bourdieu (1996) introduz um conceito importante para a compreensão das diferentes

manifestações práticas dos agentes ou de classes construídas como agentes, o conceito de habitus. O autor afirma que:

A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados a condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. [...] O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de praticas. (BOURDIEU, 1996, p. 21 -22)

Owen (apud, TEIXEIRA, 2002, p. 101) escreveu que o homem é um ser complexo cujo caráter é formado “pela organização que traz desde o nascimento, e pelos efeitos das circunstâncias externas, que o cercam e atuam sobre ele do nascimento até sua morte”. Ele prossegue dizendo que “é uma lei da natureza, evidente a nossos sentidos, que o caráter interno e externo de todos os seres vivos é formado para eles e não por eles.” Na sociologia econômica também existem elaborações que corroboram com estas percepções, como as interpretações escritas por Costa e Costa (2005), segundo o qual “o auto-interesse não é o único guia na condução dos indivíduos em sua atuação no mercado(...) A cooperação, a confiança e a reciprocidade, por exemplo, podem, do mesmo modo, se constituir em normas a orientar o comportamento dos agentes no mercado e serem, assim, capazes de gerar progresso e bem-estar. Ou seja, o homo economicus atua mediado por instituições e relações sociais” (COSTA e COSTA, 2005, p. 3).

Os condicionamentos identificados por Bourdieu repercutem na opção dos agentes em vincular-se a grupos ou não, pois um fator determinante da possibilidade e opção do agentes para construir redes de relações duráveis diz respeito a proximidade destes no espaço geográfico ou no ambiente econômico e social. Para os defensores do cooperativismo, a cooperação é um comportamento ideal e superior ao ideal liberal, cujas atitudes, valores, normas, princípios e metodologia precisam ser construídos através da educação cooperativa. Segundo Schneider (2003), as pessoas nascem e vivem numa sociedade guiada pelo individualismo e pela concorrência, o que impõe às organizações associativas e cooperativas a necessidade vital de educar para a cooperação visando a formação de uma conduta solidária, participativa, que pratique a ajuda mútua, o que não constitui uma tarefa fácil e exige educação permanente. Portanto, nos parece que a superação e a transição do homem auto-interessado e egoísta, para

um homem disposto a praticar a ajuda mútua, a cooperação e a ser solidário demanda a adoção de uma persistente e permanente prática educativa de novo tipo, que construa esse novo homem.

2.3. A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO ASSOCIATIVISTA.

O comportamento humano e a opção por vinculação a grupos sofre influência do espaço social em que vivem os agentes, na atualidade, preponderantemente individualista e consumista. No espaço social, a vinculação a grupos traz consigo forças potenciais que podem vir a possibilitar a realização de objetivos, dentre os quais, a formação associativa e cooperativa. As relações estabelecidas entre os agentes na formação de grupos, ou de capital social, é objeto de investigação e motivou importantes elaborações. Correa (2003) identifica semelhanças nas abordagens sobre capital social feitas pelos autores Coleman, Woolcock e Putnam, que o identificam “como uma construção de organização social - confiança, normas e redes de relacionamento”. Segundo o autor, Putnam e Coleman relacionam Capital Social com sentido de comunitarismo, não relacionando a valor de mercado ou utilitarismo: “Trata-se de um valor da comunidade, gerador de bens públicos, onde todos se beneficiam”. Segundo Costa e Costa (2005, p. 7), Bourdieu, Coleman e Putnam convergem ao afirmar que capital social é um recurso que pode ser acumulado. Uma particularidade do capital social é que ele se configura como um bem público, somente podendo ser acumulado mediante a manutenção e ampliação das relações sociais que ocorrem a nível de comunidade. Neste estudo, privilegiamos a abordagem sobre capital social elaborada por Bourdieu, cujo enfoque está na existência de redes duráveis de relações permanentes e úteis. Segundo o autor, capital social pode ser definido como:

“[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

Bourdieu (1998, p. 67) também escreve que os agentes possuidores do capital social necessariamente devem manter relações de proximidade geográfica ou no espaço econômico e social, por que as ligações “são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade”. Portanto,

Bourdieu estabelece como questão central a sua teoria à vinculação a uma “rede durável de relações”, e defende que tanto maior será o volume de capital social de um agente ou grupo de agentes quanto maior for a rede de relações que pode mobilizar e quanto maior for a quantidade de capitais (econômico, cultural ou simbólico) possuído por esses agentes com quem se relaciona.

Os institucionalistas formam uma outra corrente de pensamento, que entendemos que mantém pontos de convergência com as teorias de capital social de Bourdieu. Hodgson (2004, apud ESCHER, 2011, p. 40), resgata a visão de Veblen de que os instintos e os hábitos são fundamentais para a compreensão da deliberação consciente, reflexiva e racional dos humanos. “Os instintos são traços naturais e hereditários, disposições inatas que, quando desencadeadas, acionam reflexos, desejos ou emoções que direcionam o comportamento humano.” Os hábitos são adquiridos e moldados a partir da sua relação com o ambiente, por vezes redirecionando os instintos, e formando esquemas de pensamento, comportamento e ação. Na formação do comportamento humano, os instintos e os hábitos vêm antes da ação deliberada, contudo também interagem com a razão, num processo de constante adaptação dos seres humanos à ambientes cambiantes e seletivos, dando origem a novos hábitos e instituições. Segundo Hodgson (2004, 2006, 2007, apud ESCHER, 2011, p. 41), “as instituições podem ser conceitualmente definidas como sistemas de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações humanas por meio de mecanismos de conformação e acordo normativo assentados nos hábitos compartilhados.” Portanto, as teorias dos institucionalistas dialogam com a teoria de habitus e capital social de Bourdieu, pois segundo os primeiros, das relações entre instintos-ambiente podem se formar novas instituições que estruturam as interações humanas, enquanto que na acepção Bourdieana, compreende-se que as posições sociais dos agentes imersos no espaço social condicionam o habitus, princípio gerador a partir do qual desdobram-se determinados comportamentos, propriedades ou bens.

Bourdieu escreve que “os lucros que o pertencimento a um grupo proporcionam estão na base da solidariedade que os torna possível”, lucros materiais, como toda espécie de serviços, ou simbólicos (BOURDIEU, 1998, p 67). Noutra obra deste autor, define-se capital simbólico como uma propriedade qualquer que pode ser percebida e reconhecida pelos agentes, como, por exemplo, a honra, o prestígio, os direitos juridicamente instituídos, portanto, que remetem também a valores, a cultura, sendo o Estado o lugar por excelência para impor e inculcar os “princípios duráveis de visão e de divisão” (BOURDIEU, 1996, p. 107.).

Para Bourdieu (1998, p. 68), a existência de capital social não é um dado natural nem social, instituído de uma vez por todas e para sempre, “mas o produto do trabalho de instauração

e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos”. Portanto, os esforços de diferentes instituições que tentam promover a formação de capital social encontra respaldo científico para empreender esforços visando à formação de redes duráveis de relações, capazes de gerar retornos tangíveis e intangíveis aos agentes envolvidos.

A utilização da obra de Bourdieu como referencial para o nosso trabalho não significa reduzir a interpretação da ocorrência e do fomento a formação do capital social a uma perspectiva utilitarista e restrita a questões econômicas. Como escrevemos, Bourdieu afirma existir propriedades úteis, capazes de gerar lucros materiais, mas também simbólicos, incluindo motivações e atributos dos agentes possuidores de capital social, como prestígio, honra. Costa e Costa (2005, p. 4), afirmam que a ação cooperativa é mais efetiva onde existam instituições e relações sociais que contém com a confiança da população. Para os autores, os atores sociais aproveitarão melhor os benefícios do capital social ali onde existam estes dispositivos institucionais.

3. METODOLOGIA

Segundo Demo (1987), a atividade científica propõe-se a descobrir, a captar e manipular a realidade, enquanto que a metodologia se debruça sobre como chegar a isto. Segundo o autor, o caminho a percorrer para que se construa conhecimento científico é o da objetivação, processo inacabável de depuração ideológica na busca de construir análises o mais realistas possível. Espírito crítico, rigor no tratamento do objeto, atitude distanciada, profundidade de análise, ordem na exposição, dedicação, abertura ao teste alheio, assídua leitura dos clássicos, dedicação ao estudo das principais teorias, metodologias e da produção atual são cuidados metodológicos comuns ao trabalho científico e ao processo de objetivação. Ao escrever sobre a metodologia da ciência, com enfoque nas ciências sociais, o autor destacou particularidades da pesquisa nesta área, enfatizando o caráter histórico e socialmente condicionado do objeto de pesquisa, a manifestação mais qualitativa da realidade e o caráter processual das investigações.

Segundo Bourdieu (1996, p. 88), a atividade científica é uma atividade social, o campo científico é um universo social como os outros, onde também se trata de poder, de capital, de lutas para conservar ou transformar relações de força, de interesses, tanto quanto é um mundo a parte, dotado de suas leis próprias de funcionamento, que possui suas disposições reguladas pelo seu habitus científico, “que é, em parte, produto da incorporação da necessidade imanente do campo científico e das limitações estruturais exercidas por esse campo em um momento

dado do tempo”. Preocupado com a questão da generalização nas pesquisas sociais, o autor escreveu que “todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o efeito da universalização de particularização, na medida em que eles se homogeneízam, distinguindo-se dos outros”.(BOURDIEU, 1973 apud MINAYO, 1998).

De acordo com Minayo (1998) entende-se por “metodologia o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria”.

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa situa-se no âmbito das pesquisas qualitativas, pois busca entender as motivações, as razões, o porquê da ocorrência de determinado fenômeno. Na apresentação do volume 9 dos Cadernos de Sociologia organizados pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS (1998), define-se como objetivo da pesquisa social qualitativa a compreensão e a reconstrução da realidade social, especialmente a reconstrução dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações sociais e a reconstrução de estruturas de ação. Neste mesmo capítulo da revista, citando Lammek (1993), apresentam-se diversos princípios do enfoque metodológico qualitativo, tais como o princípio da abertura, da comunicação, da processualidade, da flexibilidade, da explicação e da flexibilidade.

Esta pesquisa encontra-se no âmbito das pesquisas qualitativas, circunscrita aos níveis exploratório – descritivos. Segundo Gil (2012) as pesquisas exploratórias tem como objetivo realizar uma aproximação a determinado fenômeno, tendo como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Segundo o mesmo autor as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno, pretendendo também, em alguns casos, analisar a natureza de relações entre variáveis. Segundo o autor, estas pesquisas geralmente se utilizam de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e estudo de caso, instrumentos de levantamento de dados e análise que utilizamos nesta pesquisa.

De acordo com Yin (2001, p. 32), o estudo de caso pode ser definido como sendo “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente

definidos”. Delineada neste âmbito, foi realizada nesta pesquisa a descrição e análise do caso da Associação dos Produtores Rurais de Estância Velha (APREV), sendo observadas as relações existentes entre a implementação de uma política pública, o PNAE, e a criação da associação ainda no ano de 2012. Reconstituindo todo o processo de criação da associação e sua interfaces com a implementação do PNAE, procura-se analisar na realidade atual as nuances das relações constituídas e mantidas a partir da criação da APREV, dialogando com as teorias utilizadas que refletem sobre o comportamento humano e a constituição de laços de cooperação, solidariedade e de “redes duráveis de relações”. Na estratégia de pesquisa do estudo de caso, de acordo com Yin (2001), sugere-se que a coleta de dados ocorra através da utilização de várias fontes de evidência ou técnicas, proporcionando maior qualidade à pesquisa. Neste estudo que realizamos, foram utilizadas como técnicas de pesquisa, a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas, fontes principais de dados que serviram para aprofundar o conhecimento da realidade e analisar as evidências conseguidas a campo. Para analisar os dados obtidos através destas diferentes formas de investigação, foi utilizada a análise de conteúdo.

3.2. TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS

Kahn & Cannel (1962, apud MINAYO, 1998) definem a entrevista como “conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”. Ainda de acordo com Minayo (1998), através da entrevista podem ser obtidos dados de natureza objetiva, que se referem a fatos que o pesquisador poderia obter através de outras fontes como censos, e dados de natureza subjetiva, que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, as suas atitudes, valores e opiniões.

Segundo Minayo (1998), a entrevista se constitui num potente instrumento de coleta de informações e dos mais usados na pesquisa social, principalmente pela possibilidade que a fala tem de ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas junto a informantes chave visando reconstituir o processo de formação da associação e a analisar as antigas e novas relações estabelecidas entre os associados na percepção desses informantes. As entrevistas permitiram a análise dialogada entre as percepções dos entrevistado, elementos retirados de outras fontes de dados e com as teorias utilizadas nesta monografia.

Outro instrumento de levantamento de informações utilizado foi a observação participante. Segundo Schwartz & Schwartz (1955, apud MINAYO, 1998) a observação participante pode ser definida como processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar do cotidiano deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

Nesta nossa pesquisa, utilizamos de uma forma de observação enquadrada por Minayo (1998), como a do *Observador – como - participante*. De acordo com a autora esta é uma modalidade de observação frequentemente utilizada complementarmente às entrevistas, cuja presença do observador a campo se dá mediante um acordo quase formal com os observados, em um curto espaço de tempo. No processo de realização da pesquisa foram delimitados dois momentos específicos para a observação sistemática e consentida. O primeiro momento utilizado para a observação foi o da operacionalização da entrega dos alimentos através de veículo coletivo utilizado para este fim. Neste momento foi possível identificar o relacionamento mantido entre os agricultores, os diálogos e, acompanhando a entrega junto a algumas escolas, a relação mantida entre os associados responsáveis por fazer a entrega naquela oportunidade e as merendeiras da escolas. Um segundo momento formal de observação foi durante uma reunião da APREV, oportunidade em que se pode observar a participação, o protagonismo, as falas e as deliberações retiradas da reunião.

Um fator que influencia a observação e a elaboração da monografia é o fato do pesquisador trabalhar diretamente na mobilização, organização e deliberação das decisões da APREV. Esta realidade colocou ao pesquisador o desafio do distanciamento do objeto pesquisado e rigor científico, e de outra parte, permitiu uma maior aproximação e conhecimento da realidade pesquisada. Deste modo, acreditamos ter atendido ao imperativo do rigor científico acadêmico e, através desta posição privilegiada, contribuir com propriedade e conhecimento dos fatos para as pesquisas realizadas nesta temática.

Duas outras técnicas utilizadas foram a pesquisa documental e a bibliográfica. Segundo Gil (2012), a diferença entre as duas é que a primeira se ocupa de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, e a segunda utiliza de fontes já analisadas, basicamente da contribuição de diversos autores sobre o assunto pesquisado. Neste sentido, na pesquisa documental foram utilizados dados de documentos das associação e sobre o PNAE, em especial com informações retiradas do Livro de Atas da associação. As fontes bibliográficas utilizadas são de natureza diversificada, incluindo livros, artigos em periódicos, teses, dissertações, entre

outras.

A análise dos dados obtidos, discussão e apontamento de resultados foram realizados em acordo com o instrumental analítico de pesquisas qualitativas. Segundo Miles e Huberman (1994, apud GIL, 2012), as pesquisas qualitativas apresentam três etapas de análise dos dados. Na primeira é realizada a redução dos dados, o que implica na seleção e posterior simplificação dos dados. A segunda etapa, numa crescente de abstração, consiste na organização dos dados de modo que seja possível a análise sistemática dos dados. Por fim, a terceira etapa de análise é a conclusão, momento em que se busca identificar elementos de regularidade e as fontes de explicação do fenômeno. Estas etapas foram realizadas durante a nossa pesquisa, ocorrendo momentos em que nos dedicamos mais a discussão e diálogo com teorias e outros de descrição do fenômeno observado. A análise foi acompanhada da interpretação dos dados, o que, segundo os autores, requer a ligação e discussão das informações observadas com teorias e outras elaborações já sistematizadas sobre o assunto.

4. ANÁLISE E INTEPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo fazemos a análise e interpretação dos dados, apresentando de forma sistemáticas as informações obtidas através das diferentes técnicas de pesquisa e dialogando com os referenciais teóricos já escritos na revisão bibliográfica, de modo a construir uma interpretação mais ampla e coerente. Este capítulo está dividido em três outros subcapítulos. No primeiro deles é descrito o processo de implementação do PNAE em Estância Velha e discutido sobre suas interfaces com a criação da APREV, trazendo a caminhada da política pública de fornecimento de alimentação aos escolares até chegar a legislação que promoveu a criação da APREV. No segundo subcapítulo é analisado o processo dinâmico desencadeado pela fundação da APREV de construção de agentes solidários e que praticam a cooperação, discutindo sobre as resistências individualistas em diálogo com teorias que teorizam sobre o comportamento humano. Por fim, no terceiro subcapítulo, encontra-se a discussão mais detida sobre a questão da formação de capital social a partir da política pública do PNAE, colocando em diálogo as informações obtidas a campo, as fontes documentais e dialogando com teorias que dão corpo à construção do texto.

4.1. A RELAÇÃO ENTRE A EXECUÇÃO DO PNAE EM ESTÂNCIA VELHA E A CRIAÇÃO DA APREV

Os primeiros programas de alimentação escolar elaborados pelo poder público foram criados na década de 50. O decreto nº 37.106/1955 instituiu a campanha da “merenda escolar”, (expressão que acompanhou boa parte da história dos programas para a alimentação escolar e que ainda é a forma como mais comumente é chamada) orientando o Ministério da Educação e da Cultura a buscar meios para a garantia da alimentação dos escolares, buscando estabelecer parcerias internacionais, com o setor privado e envidar esforços do poder público. A partir de 1965, recursos internacionais vindos dos Estados Unidos passaram a financiar parcela da então chamada Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Segundo informações obtidas no site do FNDE (2016), a partir da Constituição Federal de 1988, “ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais”. Garantida como direito, a alimentação escolar passou a ser executada de forma centralizada pela União. No entanto, a partir de 1994, através da Lei nº 8.913/94, descentralizou-se os recursos e responsabilidades pela execução do programa, ficando estabelecido que a União repassaria mensalmente recursos para os Estados, Distrito Federal e Municípios visando garantir a alimentação dos escolares matriculados na Pré-escola e no Ensino Fundamental. Outra norma estabelecida por esta Lei foi a definição de que os recursos só seriam repassados mediante a instituição do Conselho de Alimentação Escolar, nas diferentes esferas do poder público, composto por representantes do poder público local, responsável pela área de educação, dos professores, dos pais dos alunos e dos trabalhadores rurais, cabendo ao conselho a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados a alimentação escolar.

A partir de 2009, revoga-se a Lei 8.913/94, e passa a vigorar a Lei 11.947/2009 (Lei do PNAE), que estendeu o direito à alimentação escolar para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos. É a partir da Lei 11.947/2009, que fica estabelecido que “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações”.

A Lei do PNAE foi regulamentada inicialmente pela Resolução do FNDE Nº 38 de 16 Julho de 2009, tendo sido revogada e substituída em 2013 pela Resolução do FNDE Nº 26. A partir desta resolução ficou definido uma forma diferenciada de aquisição de alimentos da agricultura familiar, que dispensa licitação e estabelece que o certame para definição dos fornecedores deste segmento se daria via chamadas públicas. No processo realizado através de

chamada pública, o fornecedor que ganha a concorrência não necessariamente é o que oferece os produtos pelo menor preço, mas sim, o que melhor se classifica nos critérios de desempate estabelecidos pela Resolução N° 26/2013 do FNDE. A definição do preço de aquisição dos gêneros alimentícios “será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver”, o que busca garantir que os preços dos produtos a serem fornecidos pela agricultura familiar sejam compatíveis com os preços do mercado local. Mais recentemente, a partir da Resolução N° 04 do FNDE, de Abril de 2015, a Resolução n° 26/2013 sofreu algumas alterações, ficando definido que após a apresentação e aceitação da documentação de habilitação dos participantes na chamada pública, os projetos serão agrupados e selecionados segundo a seguinte ordem de prioridade: o grupo de projetos dos fornecedores locais sobre os demais grupos; o grupo de projetos dos fornecedores do território rural sobre os do estado e do País; e, por fim, o grupo de projetos de fornecedores do estado terá prioridade sobre os do País. Em cada grupo de projetos, segundo as abrangências territoriais e geográficas já apresentadas, será observado a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes; II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003; III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Pessoa Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais detentores de DAP Física. (Resolução N° 04/2015 do FNDE, p. 1 – 2)

A APREV enquadra-se em dois critérios que a colocam em condição vantajosa em relação a outros fornecedores, quais sejam, a de ser um fornecedor local e a de ser um grupo formal, com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) e Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar de Pessoa Jurídica (DAP Jurídica).

Segundo informações da entrevista n° 3, existia uma meta da EMATER/RS-ASCAR de implementar o PNAE Agricultura Familiar nos municípios, já que a Lei estabelecia que, “no mínimo, 30% da alimentação das escolas deveriam ser de produtos da agricultura familiar”. As informações obtidas nas entrevistas realizadas convergem ao afirmar que a iniciativa para a criação da associação foi da EMATER/RS-ASCAR, do STR e de alguns agricultores

fundadores da APREV. Contudo, o desejo de adquirir produtos da agroindústria de uma entrevistada já havia sido manifestado anteriormente em visita da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) à propriedade da mesma. Segundo os entrevistados, a APREV foi criada para que os produtos da agricultura familiar dos associados fossem colocados na “merenda escolar”, neste novo mercado que estava aberto, além de que através da APREV seria possível buscar recursos dos governos e buscar acessar outros programas para beneficiar os produtores rurais associados. Segundo Ata da Assembleia Geral de Constituição da APREV, a associação “terá como objetivo principal representar seus associados junto a instituições de direito público que adquirem gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar ao abrigo da Lei Federal N° 11.947/09”. Segundo informações da entrevista n° 2, cinco ou seis reuniões foram realizadas a partir de 2011 para que a associação fosse criada, que no dia 16 de Maio de 2012 ocorreu a sua assembleia de fundação, contando com quatorze agricultores fundadores, tendo posteriormente conseguido o registro junto a órgãos de fiscalização e controle das três esferas de governo, principalmente o direito ao registro CNPJ e junto aos órgãos da fazenda municipal e estadual.

Na Cartilha do PNAE do FNDE é apresentado um passo-a-passo para execução do PNAE agricultura familiar, orientação esta, que guiou a implementação desta modalidade de compra de gêneros alimentícios pelo município de Estância Velha. Na cartilha é estabelecido como primeiro passo a identificação do orçamento repassado pelo governo federal para a Entidade Executora, instituição da rede pública de ensino federal, estadual e municipal que recebem recursos diretamente do FNDE para a execução do PNAE. A partir deste orçamento foi definido o valor a ser direcionado para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar pela SEMEC, que deve ser de, no mínimo, 30% do valor repassado pelo governo federal. O segundo passo dado foi a articulação realizada entre as entidades vinculadas ao meio rural, EMATER/RS-ASCAR, STR e APREV, com a SEMEC, visando identificar quais eram os alimentos produzidos localmente e que poderiam ser incluídos na alimentação escolar. A partir do conhecimento dos produtos locais foi dado o terceiro passo, a elaboração do cardápio pela nutricionista da SEMEC, incluindo os produtos da agricultura familiar local. A pesquisa de preços dos alimentos foi o quarto passo, cujo valor das mercadorias, no caso do PNAE Agricultura Familiar, é o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, dando preferência a pesquisa de preços junto a feira do produtor rural. Os preços médios verificados são divulgados na chamada pública e fixam o valor a ser pago pelas mercadorias ao longo do ano em que vigoram os contratos desta chamada pública. O quinto passo foi a execução do processo de compra via Chamada Pública 001/2013 da Prefeitura Municipal de

Estância Velha, haja visto, que o PNAE dispensa a realização de licitação para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Na chamada pública são especificados as quantidades e qualidades dos alimentos a serem fornecidos, bem como, outras informações, como o preço, o cronograma e local de entrega, que são necessários para a elaboração do projeto de venda. Dando sequência, o sexto passo que orienta a cartilha e baseia a execução do PNAE em Estância Velha, foi a elaboração do projeto de venda pela entidade articuladora, a EMATER/RS-ASCAR. O projeto de venda juntamente com a documentação de habilitação formaliza o interesse dos agricultores em vender sua produção para a alimentação escolar. No projeto de venda são especificados as quantidades, qualidades e preço dos gêneros alimentícios que os agricultores desejam fornecer, de acordo com o publicado na chamada pública.

Seguindo o processo de execução do PNAE em Estância Velha, de acordo com o que estabelece as normas do FNDE, aqui identificados na Cartilha já referida, vem o sétimo passo, o recebimento e seleção dos projetos de venda. De início, são analisadas as documentações de habilitação dos fornecedores interessados. No caso da APREV, uma organização formal, são analisados os documentos que comprovam a regularidade da associação juntos aos órgãos públicos, a regularidade da DAP Jurídica, bem como, se a ata de posse da atual diretoria e estatuto da associação estão dentro dos parâmetros legais. Posteriormente, é feita a seleção dos projetos de venda. A APREV, por ser do município e por ser um grupo formal, sempre tem prioridade sobre eventuais projetos de venda de fornecedores de outros municípios e de grupos informais ou projetos individuais. Segundo a Resolução N° 04/2015 do FNDE, o limite individual de venda por agricultor familiar para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00, por DAP/ano/entidade executora. No caso da APREV, por se tratar de um grupo formal, multiplica-se o número de DAP's individuais dos agricultores familiares inscritos na DAP Jurídica pelo limite individual de comercialização. O cuidado para que cada agricultor familiar individual não ultrapasse o limite de venda para o PNAE do município de Estância Velha é realizado pela entidade articuladora, a EMATER/RS-ASCAR, no momento da elaboração do projeto de venda, em acordo com a diretoria da APREV. O oitavo passo da cartilha, que também é praticado e previsto pela chamada pública do PNAE de Estância Velha, é a amostra para controle de qualidade. Através deste, busca-se identificar se o alimento está de acordo com o que estabelece a chamada pública, se tem qualidade e se é aceito pelos escolares. Após a realização de todos os trâmites da chamada pública, selecionada a APREV como fornecedora dos produtos que se propôs fornecer através do projeto de venda, realiza-se a nona fase do processo, a formalização do contrato que estabelece as normas a serem seguidas pela Prefeitura Municipal, via SEMEC, e pelos fornecedores vinculados à APREV no decorrer do

ano em que vigora o contrato. Por fim, o décimo passo é a entrega dos alimentos de acordo com o contrato firmado. No caso da APREV, no início da entrega, em 2013, os agricultores entregavam com seus próprios caminhões. Contudo, com a aquisição de um caminhão furgão com recursos públicos de uma emenda parlamentar direcionada para o município e para a APREV, a entrega passou a ser realizada com este veículo.

A participação da APREV no cumprimento do passo-a-passo estabelecido pelo FNDE está registrado no livro de ATAS da associação, desde o levantamento dos alimentos a serem fornecidos até a assinatura dos contratos de venda. Neste livro, numa ATA de maio de 2013, é registrada a chegada do caminhão refrigerado para distribuição adequada dos alimentos para a alimentação escolar. Este caminhão foi adquirido com recursos vindos do Ministério de Desenvolvimento Social via uma emenda parlamentar, uma conquista que demonstra o êxito da organização dos agricultores e das parcerias estabelecidas destes com EMATER/RS-ASCAR e Prefeitura Municipal. Para garantir a entrega dos alimentos, a prefeitura cedeu motorista e combustível para o caminhão, que vai acompanhado de dois agricultores que fazem o descarregamento do caminhão nas escolas. Outra conquista obtida foram as caixarias para transporte dos alimentos, cujo registro de distribuição entre os agricultores está em ATA da APREV de março de 2014. Mais recentemente, em outubro de 2015, também está registrado em ATA a decisão dos associados pela destinação de recurso de financiamento com alto subsídio do governo do estado, o FEAPER, para agricultora associada que está em processo de regularização da sua agroindústria, uma decisão tomada pela associação devido a esta se constituir, juntamente com o STR, nas principais organizações dos agricultores no município. Como pode ser visto, a existência da associação, para além das vantagens obtidas através da colocação dos alimentos dos agricultores na alimentação escolar, vem gerando outros benefícios para os agricultores, externalidades positivas que conferem conquistas aos agricultores difíceis de serem alcançadas quando estes lançam-se sozinhos no mercado e na busca por construção da sua própria infraestrutura.

Um importante instrumento de deliberação, permanente, fiscalização, assessoramento e controle social instituído pela Lei N° 11.947/2009 foi Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O CAE é instituído pela Entidade Executora, neste caso, a Prefeitura Municipal de Estância Velha, sendo composto por representante indicado pelo executivo municipal; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes; dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino; e dois representantes indicados por entidades civis organizadas. O CAE é órgão obrigatório e de grande relevância no funcionamento do PNAE, sendo que o município pode ter cancelado as transferências de recursos caso o conselho

não esteja instituído e funcionando de acordo como estabelece a lei. A participação de representante direto da APREV se dá com a participação do seu vice-presidente, membro suplente do titular da EMATER/RS-ASCAR de Estância Velha.

A partir da Lei N° 11.947/2009, a priorização da compra dos alimentos advindos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, tendo prioridade o produtor mais próximo ao local de consumo, abriu um mercado próximo, de qualidade e seguro aos agricultores. A realidade dos agricultores anterior ao PNAE, era de que boa parcela dos seus produtos eram comercializados via Central de Abastecimento de Alimentos do RS (CEASA), direto a varejistas ou na Feira do Produtor Rural. Estes mercados caracterizam-se por apresentar certa instabilidade de preços e de quantidades a serem adquiridas, no caso dos dois primeiros, e é comum a estes três mercados certa insegurança quanto a saída dos produtos das propriedades, pois não há garantias de que o produto será vendido. Com o PNAE, os agricultores passaram a ter um mercado fixo, cuja colocação das mercadorias e pagamento pelos alimentos é certo, o que garante aos agricultores sua renda ao longo do ano, permitindo que se planejem e que tenham a sustentabilidade das propriedades, como pode ser observado na fala da entrevista número 1, quando ela diz:

(...) a gente estava produzindo e não tinha colocação no mercado, e isso não traz sustentabilidade na propriedade (...) hoje, acredito que todas as propriedades nossas se fortalecem com o PNAE, ela é a sustentabilidade da propriedade. A nossa associação é a menina dos olhos, digamos...ela abriu portas, com certeza, para comercializar, não exclusivamente na merenda e na Feira, mas abriu outras possibilidades para os colegas, vendas diretamente ao consumidor, conhecer a qualidade do produto, tu conversar e saber de onde vem, como ele fez, então acho que isso começou a mudar um pouquinho dos olhos do consumidor e valorizar o que o produtor leva (...) Trecho retirado da entrevista número 1.

A priorização da aquisição dos alimentos disponibilizados por fornecedores locais e integrados a associação com personalidade jurídica, garantiu que os alimentos fossem consumidos próximos ao local de produção, garantindo alimento fresco e saudável aos escolares que consomem os alimentos, beneficiando também os agricultores, que não precisam sair do município para comercializarem os seus produtos. Segundo a entrevista número 1, a vantagem para a comunidade é qualidade do que está sendo fornecido, nas comunidades ou nos outros postos de colocação dos produtos. Segundo a entrevista “o pequeno produtor vai levar um produto de qualidade, procurar introduzir nada de química ou muito pouca química, então, menos agrotóxicos, produto fresco, essa é a ideia da associação, de levar a comunidade um

produto que toda pessoa gostaria de consumir.” Ainda segundo essa entrevista a associação é “totalmente importante”, pois todos os membros da associação são importantes e a associação precisa ser fortalecida, os agricultores precisam “caminhar juntos”, pois a APREV é o meio para que se participe no PNAE e o programa é a sustentabilidade da propriedade. Segundo a entrevista número 3, outras vantagens são geradas ao município por esta forma de comercialização, como a geração de impostos e a circulação de renda a nível local.

A implementação do PNAE Agricultura Familiar pela Prefeitura Municipal de Estância Velha está positivamente correlacionada com a criação da APREV. Existiu uma convergência de interesses e esforços pelo Executivo Municipal e pela APREV, STR e EMATER/RS-ASCAR, no sentido de possibilitar e organizar a participação dos agricultores familiares de Estância Velha no PNAE Agricultura Familiar do município. Nas entrevistas evidencia-se que o maior protagonismo neste processo deu-se a partir dos órgãos de representação e assessoramento dos agricultores, mas que, necessariamente, para a obtenção dos seus objetivos, necessitou contar com parceria do Poder Público Municipal para que os alimentos produzidos pelos agricultores locais fossem incorporados na Chamada Pública do PNAE para a Agricultura Familiar. Também é evidente que está na origem e no objetivo principal da APREV a representação dos associados junto a instituições de direito público que compram alimentos da agricultura familiar via PNAE, o que está expresso na ATA de fundação da associação. E, na prática, verifica-se a intensa participação da associação na execução no PNAE no município através do cumprimento do passo-a-passo para operacionalização do programa. O acesso a outras políticas públicas mostra o protagonismo da APREV e das suas organizações parceiras, proporcionando o acesso dos associados a benefícios que proporcionam melhores condições para que o PNAE funcione no município, o que constitui verdadeiras externalidades positivas em relação ao objetivo principal expresso na sua ATA de fundação.

4.2. AS RESISTÊNCIAS INDIVIDUALISTAS E A CONSTRUÇÃO DO “ESPÍRITO” DA COOPERAÇÃO E DA SOLIDARIEDADE.

Uma percepção comum aos socialistas utópicos era a de que um dos grandes males do capitalismo era a concorrência. Segundo Louis Blanc (1812-1882), “a concorrência é para o povo um sistema de extermínio”, no caso dos assalariados, na busca de empregos e de melhores

salários, e entre agricultores familiares, na busca individual da colocação das suas mercadorias e com os melhores preços. No caso do PNAE Agricultura Familiar de Estância Velha, a partir de 2013 a APREV começou a participar em uma chamada global para todas as mercadorias a serem fornecidas pela agricultura familiar, sejam elas advindas de cooperativas, associações ou fornecedores individuais. No ano de 2015, a concorrência entre cooperativas de agricultores familiares levou a entrada com recurso por parte de uma delas questionando documentos de habilitação de uma das participantes, o que levou ao atraso da entrega, prejudicando os agricultores familiares sócios na APREV. Isso foi solucionado em 2016 a partir da realização de uma chamada pública exclusivamente para os alimentos a serem fornecidos pelos sócios na APREV. Portanto, como identificava Blanc, a construção da ideologia individualista tinha na concorrência no mercado de trabalho um importante componente, o que, no caso dos agricultores familiares, pode ser identificado na busca individual pela colocação dos seus produtos no comércio e na tentativa de comercializar pelos melhores preços, realidade que muitas vezes era frustrada e levava agricultores ao fracasso e a saída do campo. A Lei do PNAE (11.947/2009) criou vantagens competitivas para os agricultores familiares, em especial para os organizados em associações ou cooperativas com personalidade jurídica, que passaram a ter garantia da colocação dos seus produtos a preços do mercado final, melhores do que a venda no atacado, para intermediários ou para varejistas como a maioria dos agricultores realizam, evitando a participação em concorrências como licitações, onde empresas maiores acabam ganhando devido a conseguirem oferecer as mercadorias por preços menores. Com isso, um dos pilares do capitalismo, a livre concorrência no mercado, é limitada por uma Lei em benefício de agricultores familiares.

Segundo autores como Marx (apud PAULANI, 2005), Bourdieu (1996) e Costa e Costa (2005) o comportamento humano depende dos meios de vida encontrados e que temos que reproduzir, ou então, submete-se a condicionamentos advindos das posições dos agentes no espaço social, que inculcam um habitus unificador de um estilo de vida, ou ainda, o homo economicus atua mediado por instituições e relações sociais, e, para o destacado precursor do cooperativismo Robert Owen (1970, p. 101), o homem possui seu caráter formado pela organização que encontra desde o seu nascimento. Estas elaborações destoam da compreensão que preconiza que os indivíduos naturalmente são guiados pelo auto-interesse, são individualistas e egoístas. As relações constituídas ou reforçadas a partir da criação da APREV dão conta de que é forte a penetração dos valores individualistas, que, por vezes, dificultam a organização da associação. Contudo, o “elo” criado a partir da criação da APREV aproximou e fortaleceu os agricultores associados, o que demonstra que a criação de novas instituições,

que a promoção de novas relações sociais promove a constituição de laços capazes de construir vínculos de cooperação, o que permite questionar o axioma do capitalismo que preconiza a inexorabilidade da existência de indivíduos individualistas no capitalismo.

Segundo os entrevistados 1 e 2, é muito presente o individualismo entre alguns associados. Segundo eles, esta realidade pode ser evidenciada no fato de que mesmo existindo um caminhão da APREV disponível e gratuito para fazer a entrega, um agricultor optou por fazer a entrega com seu próprio caminhão a partir de desentendimentos entre os associados. Contudo, a partir da observação participante, também se identifica a prática da ajuda mútua entre associados quando um agricultor que possui maquinários faz serviços para outros associados, ou então, quando ocorre intercâmbio de conhecimentos entre os associados. Quando os interesses do conjunto dos associados estão em questão, como a barganha de preços junto a prefeitura municipal, todos os associados mostram-se coesos e reivindicam melhores preços. Outro exemplo de cooperação e reciprocidade ocorre na distribuição com o caminhão coletivo da APREV, onde todos trabalham juntos e os agricultores são compreensivos em caso de cuidados com a saúde, ocorrendo a troca da responsabilidade de entrega em situações que impedem que o responsável pela entrega num determinado dia não possa fazer por problemas de saúde. Segundo a entrevista número 1, é presente que entre a maioria dos associados predomina a cooperação e solidariedade, como podemos ver neste trecho da entrevista: “eu acredito que 70% dos nossos colegas estariam dispostos...tem o mesmo objetivo, tem a mesma visão, de fortalecer a associação, de correr atrás de novas oportunidades (...)”. As falas destes entrevistados dão conta de que novos vínculos e relações foram criados a partir da criação da associação, realidade que possibilitou que os associados se conhecessem mais e cooperassem mais entre si.

Segundo Bourdieu (1996, p. 21-22), “a cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo”. A partir da criação da APREV novas relações entre os agricultores sócios foram constituídas, aproximando-os nos interesses e na identificação enquanto agricultores fornecedores no PNAE Agricultura Familiar. A aproximação entre os agricultores no plano cultural é evidente, e, apesar de, no plano econômico, existirem algumas diferenças, pode-se identificar uma visível proximidade entre estes no espaço social, de onde derivam gostos e afinidades que permitem agrupá-los. Sendo assim, podemos falar de um habitus dos agricultores familiares sócios na APREV, cujas características que os aproximam definem

condutas no espaço econômico relativamente semelhantes, que condicionam o comportamento dos agentes no espaço social e o impregnam, por afeição ou por necessidade, a serem solidários, colaborativos e a praticarem a cooperação.

A constituição ou consolidação de ideias, valores, atitudes, normas de cooperação e solidariedade dependem de um processo de construção educativa para esta prática. Esta percepção está presente na fala da entrevista número 2, segundo o qual para superar o individualismo, é necessário criar um espírito cooperativista que se constrói desde a escola, buscando construir uma nova geração, pois “no cooperativismo... cada um faz a sua parte, doa a si para que o outro tenha alguma coisa, é um conjunto, uma cooperativa, como já diz o nome...” Portanto, as afirmações retiradas das entrevistas número 1 e 2, que identificam uma forte presença individualista entre alguns associados, convergem com as elaborações de Schneider (2003, p. 14), que identifica no mundo capitalista o estímulo a comportamentos individualistas. Para este autor a educação cooperativista é vital à construção associativista e cooperativista, pois um homem solidário, participativo e que pratique a cooperação necessita ser construído, o que converge com as afirmações do entrevistado número 2. A construção associativa e cooperativa já é um processo educacional, pois é necessária a convergência, o entendimento, a mediação, a colaboração e o empenho em prol do conjunto, contudo, são necessários processos focados na construção pedagógica que visa a construção de agentes solidários e empenhados na cooperação, o que, muitas vezes, demanda esforços unicamente direcionados para este fim.

4.3. O ELO (CAPITAL SOCIAL) CRIADO A PARTIR DA POLÍTICA PÚBLICA DO PNAE

Conforme já escrevemos anteriormente, segundo (PINHO, 1977; DRIMER e DRIMER, 1981), Louis Blanc, um precursor do cooperativismo do século XIX já reivindicava o apoio do Estado para a constituição de organizações associativas que ele chamava de fábrica social. O apoio se daria na concessão de empréstimo e também dirigindo a empresa até que os associados se conhecessem e pudessem se auto-gestionar. Desde os anos em que precursores do cooperativismo preconizaram a criação de associações contando com o apoio Estatal, ou ainda, desde os anos em que experiências como a dos Pioneiros de Rochdale foram criadas, o Estado e a sociedade passaram por mudanças. O Estado tornou-se mais permeável a pressões de grupos de interesse, como as cooperativas e associações, e a sociedade civil criou inúmeras

experiências de associações e cooperativas de produção, industrialização, serviços, crédito, comercialização, entre outras. que aglutinam milhares e milhões de sócios. Com isso, tornou-se possível a criação de formas de incentivo às associações e cooperativas pelo Estado, exemplo disso, é a experiência das vantagens competitivas criadas pela política pública do PNAE a fornecedores locais e a grupos formais (com CNPJ) como a APREV.

A Lei 11.947/2009 criou vantagens competitivas, resguardou mercado e estimulou a organização dos agricultores familiares, o que segundo os registros em ATA de fundação da APREV e a percepção dos entrevistados, motivou a organização da associação, que foi impulsionada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), pela EMATER/RS-ASCAR e por alguns agricultores que vieram a se tornar sócios. A realidade anterior à criação da associação, segundo o entrevistado número 2, era que nem todos os agricultores que viriam a formar a associação estavam filiados no sindicato, uns participavam na feira do produtor rural e alguns compartilhavam conhecimentos e praticavam a ajuda mútua.

Segundo a entrevista número 3, as atividades produtivas desenvolvidas pelos associados também são diversificadas, sendo que alguns produzem hortifrutigranjeiros, outros trabalham com a produção agroindustrial de produtos de origem animal, outros de produtos de origem vegetal. Portanto, mesmo que a produção seja diversificada, pode ser identificada certa proximidade nas atividades econômicas e nas relações sociais entre os associados na APREV, proximidade social, cultural, geográfica e econômica indispensável para a constituição de “redes duráveis de relações”, contudo, isso não ocorria entre todos os associados, pois nem todos se conheciam. A percepção de Bourdieu (1998, p. 67) de que o capital social é um “recurso atual ou potencial que está ligado à posse de uma rede durável de relações” pode ser identificado nestas relações mantidas entre os associados antes da criação da associação, pois existia um “interconhecimento e inter-reconhecimento” entre alguns agricultores, além de certa proximidade geográfica e econômica indispensável para a constituição de grupos, contudo, foi decisivo o papel aglutinador do STR e da EMATER/RS-ASCAR (órgão de extensão rural oficial do RS) na aproximação dos agricultores que viriam a formar a APREV.

Nos parece que a intenção do PNAE Agricultura Familiar é promover o associativismo, a cooperação, a solidariedade entre os associados, o que acaba, pelo menos, amenizando a construção capitalista do homem auto-interessado, guiado pelo amor próprio, pelo individualismo. Segundo as entrevistas 1 e 2, identifica-se que este comportamento individualista permanece forte entre alguns integrantes. Contudo, o que podemos constatar a partir da nossa observação participante é que isso não impede que predomine a cooperação necessária para participar coletivamente na associação, na chamada política pública do PNAE,

na operacionalização da entrega coletiva dos alimentos nas escolas, na participação e no protagonismo descentralizado nos processos de decisão como a reunião que foi objeto de observação participante.

De recurso potencial, a constituição da APREV “institucionalizou” o “grupo”, cujo conjunto de agentes “não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p. 67). Esta percepção pode ser identificada na entrevista número 1, cuja transcrição trazemos abaixo.

Eu vim a conhecer outros colegas produtores através da associação. Eu acho que ela te deu uma visão melhor até da nossa agricultura, do que os nossos colegas produzem, do que que eles podem vir a produzir. Então eu acho que abriu essa porta a associação, ela deu um elo entre os colegas produtores. [...] A associação...deu um elo mais forte entre os produtores do município...e eu vejo como um elo da gente conseguir se fortalecer pra crescer mais a associação, de abrir mais portas pra todos nós associados conseguir expandir com os nossos produtos[...] (Entrevista N° 01).

Segundo as entrevistas número 2 e 3, outras instituições também foram fortalecidas a partir da criação da APREV, como o sindicato, em que associados filiaram-se ao STR, as agroindústrias e a Feira do Produtor Rural, sendo que a partir da associação aproximaram-se os vínculos que permitiram que outros membros da APREV viessem a fazer parte da Feira. A partir da maior aproximação entre os sócios e os órgãos de extensão, novas propostas de assistência técnica e extensão rural passaram a atender parcela dos associados, o que pode ser verificado na participação dos associados na Chamada Pública da Agroecologia, trabalho que tem o objetivo de contribuir para que os agricultores produzam de forma mais sustentável e caminhem no sentido de produzir de forma agroecológica.

De acordo com os registros da associação, na atualidade existem 19 associados. Destes, 14 participam na Chamada Pública do PNAE do município de Estância Velha e no processo de fornecimento dos alimentos para os escolares das escolas municipais. Portanto, existem agricultores que mesmo não mantendo vínculo de comercialização via merenda escolar, consideram positivo a existência da APREV e participam na associação, mantendo posição proativa, com posição até mesmo destacada nas tomadas de decisão e ocupando cargos na diretoria da associação, o que podemos identificar através da nossa observação e de registros da associação. Este vínculo sem busca de benefício imediato através da comercialização via PNAE, motivo fundante da APREV, mostra que as motivações para se estabelecerem vínculos

nem sempre buscam ganhos imediatos, assumidos de forma consciente ou inconsciente, em ser sócio na APREV, o que mostra relativa incongruência entre o axioma capitalista do indivíduo maximizador e egoísta, mesmo num mundo social capitalista. Porém, a partir da nossa observação, identificamos outros “lucros” que o pertencimento à APREV proporcionam aos seus associados que estão na base da solidariedade que justifica a existência deste grupo. Lucros simbólicos como o prestígio de ocupar posições de destaque na diretoria da associação, lucros materiais como divulgação dos produtos produzidos pelos associados e as demais vantagens que o pertencimento a associação proporcionam a partir das relações externas da associação, como o acesso a crédito subsidiado, representação das reivindicações dos agricultores junto a órgãos públicos, acesso a assistência técnica, entre outros.

Segundo registros do STR de Estância Velha, somente 10 associados na APREV eram sócios no sindicato antes da criação da associação. A partir da fundação da APREV, 5 sócios na associação vieram a filiar-se no sindicato, portanto, ocorreu um estreitamento dos laços que levou os agricultores a institucionalizarem esses novos vínculos com o sindicato. Outro vínculo existente entre os associados antes da criação da associação ocorre na participação na Feira do Produtor Rural. Antes da criação da APREV, 5 sócios na associação comercializavam através da Feira do Produtor Rural. A partir da participação na APREV, uma nova família passou a participar e comercializar na Feira, o que representa um “lucro” material obtido a partir da APREV e também um fortalecimento das instituições.

Outro benefício auferido aos sócios da APREV, também irredutível a proximidade no espaço geográfico, diz respeito a percepção de sócios da APREV quanto à necessidade e vantagens de implementação de métodos, práticas e tecnologias mais sustentáveis e agroecológicas nas atividades agropecuárias, o que foi expresso na vinculação de 6 associados na APREV na Chamada Pública de Agroecologia. Esta Chamada é um trabalho realizado pela EMATER/RS-ASCAR de assistência Técnica e Extensão Rural para qualificação dos agricultores visando a implementação de uma agricultura mais sustentável e para a conversão das Unidades de Produção Familiar para a produção Agroecológica. A partir da sua participação na Chamada, os agricultores estão podendo se qualificar, o que pode auferir “lucros” imediatos a partir de inovações nas propriedades, benefícios à saúde dos agricultores ou vantagens a partir da diferenciação dos seus produtos.

Conforme escrevemos, a constituição da APREV aproximou e consolidou relações, contudo, a sentença de Bourdieu (1998, p. 67) de que “os lucros que o pertencimento a um grupo proporcionam estão na base da solidariedade que os torna possível”, lucros materiais, como toda espécie de serviços, ou simbólicos, também é possível de ser reconhecida nas falas

dos entrevistados e através da observação de episódios ocorridos na jovem associação. Segundo a entrevista número 1, certamente a APREV deixaria de existir caso o PNAE acabasse, o que evidencia que o lucro, nesta situação objetivamente econômico, está na base do que justifica para os associados a sua necessidade de estar vinculado à APREV. Através da nossa observação, também foi possível identificar que o que mais motiva os associados a reforçarem-se enquanto grupo é quando estão barganhando preço para os seus alimentos junto a Prefeitura Municipal. Também, como escrevemos acima, é possível observar que os lucros simbólicos, expressos na honra e no prestígio estão na base do que motiva alguns associados a manterem-se como sócios mesmo não participando no PNAE.

Podemos dizer que as posições de proximidade social, econômica e cultural, colocam os agricultores que se associaram na APREV numa posição próxima no espaço social, reforçando um habitus social, cujos condicionamentos sociais se retraduzem num conjunto de comportamentos, vínculos e, mesmo que nem sempre motivados por definições completamente racionais, num conjunto de gostos, percepções e formas de pensar e agir. Podemos falar em relativa proximidade, pois mesmo em se tratando de agricultores do município, existe relativa dispersão geográfica das suas moradias, existem diferenças étnicas marcantes e registra-se sensíveis diferenças econômicas entre alguns associados, o que, contudo, não impede que falemos num habitus dos agricultores sócios na APREV, já que, como temos escrito, um conjunto de posicionamentos no espaço social colocam os agricultores numa posição de afinidade de estilo. O fato de podermos falar de um habitus dos agricultores familiares sócios na APREV constitui um importante fator aglutinador desses agricultores, que agrupam-se na APREV, no STR, na Feira, na Chamada Pública da Agroecologia, e por isto, manifestam gostos, afinidades, ações e, por que não, proximidade nos seus objetivos, nos “lucros/benefícios” que podem ser obtidos por associarem-se a APREV.

Para Bourdieu (1998, p. 68), o Capital Social não é um dado natural, mas sim produto de um trabalho de “instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos”. Através da nossa análise podemos identificar um conjunto de características dos associados na APREV que caracterizam uma proximidade de habitus, que se retraduz na vinculação a organizações, relações de proximidade e ajuda mútua. As relações mantidas entre os associados na APREV antes da sua fundação foram fundamentais para que se instaurasse uma nova instituição que formalizasse esses vínculos, a associação. Também foi imprescindível para a efetivação dessas novas relações a ação de instituições como o STR e a EMATER/RS-ASCAR como elementos aglutinadores, cujo fator motivador para sua ação foi a incorporação da agricultura familiar

local na política pública do PNAE. A percepção da entrevista número 1 quanto à dinâmica de funcionamento e a existência da APREV faz considerar que é vital para a existência da associação aquilo que lhe foi o elemento fundante, a participação dos seus agricultores sócios na Chamada Pública do PNAE da Prefeitura Municipal de Estância Velha.

A dinâmica das relações constituídas ou institucionalizadas a partir fundação da APREV mostram que é imprescindível o esforço de manutenção das relações visando torná-las duráveis e a ampliar os “lucros” que podem ser auferidos a partir destas, pois os agricultores familiares estão imersos num espaço social que pretende dar a parecer que os lucros materiais ou simbólicos são fruto do esforço, talento e de sobressair-se individualmente, adotando condutas guiadas pelo amor-próprio e pelo egoísmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a investigar o papel de uma política pública, o PNAE, na formação de Capital Social, expresso na dinâmica de construção da APREV. Observando através das diferentes técnicas de pesquisa que foram utilizadas e da posição privilegiada do pesquisador, que encontra-se imerso no ambiente pesquisado, podemos observar as nuances do processo de construção de “redes duráveis de relações”. A irredutibilidade da manifestação de comportamentos individualistas é explicável pelo espaço social capitalista em que vivemos. Se não há como considerar a parte deste espaço social membros de grupos como a APREV, podemos afirmar que se formaram laços de solidariedade e cooperação necessários ao funcionamento da associação, aproximando ou fortalecendo relações já existentes. Contudo, também ocorrem situações onde uma aproximação inicial é corroída pela convivência e pelas diferenças de conduta, o que acaba esgaçando relações e afastando os membros. Também podemos afirmar que as teorias de Bourdieu que afirma que os lucros auferidos pela vinculação a um grupo estão na base da solidariedade que os torna possível encontram respaldo na realidade encontrada, pois para que a associação exista e persista é considerado vital as vantagens que ela pode conceder aos associados.

O estímulo de políticas públicas para a formação de grupos é um importante instrumento de construção de laços de solidariedade e cooperação, criando ou fortalecendo o capital social que repercute na garantia de benefícios aos membros de uma associação. Os benefícios ao grupo diretamente envolvido estão na prática da cooperação, no trabalho entre vizinhos, na ajuda mútua, na execução dos trabalhos de que a associação é responsável, na criação de órgãos de representação - como a diretoria da associação que representa os seus sócios nas reivindicações

junto a órgãos públicos - no acesso à assistência técnica e extensão rural, entre outros benefícios. A existência da associação também traz vantagens à comunidade local, através da oferta de alimentos frescos e de agroindústrias familiares, da dinamização da economia local através da circulação dos recursos em nível local, também gerando impostos a nível local para o município.

Por fim, queremos registrar as limitações deste estudo, que é um relatório de conclusão de monografia, elaborado com os limites de tempo desta modalidade de estudo. Uma das carências do estudo é identificar a capacidade dos vínculos criados ou fortalecidos a partir da criação do grupo estudado tornarem-se duradouros, perenes, o que demanda conhecer, com um maior lastro de informações, a perspectiva de futuro dos membros da associação, bem como, analisar com maior profundidade as motivações que levam aos desacordos entre os associados. Estas limitações podem animar a continuidade dos estudos, seja da nossa parte ou de outros estudantes que possam se interessar pelo tema.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ESTÂNCIA VELHA. **Livro de ATAS**. Consultado em Julho de 2016

AVILA, R. I; CONCEIÇÃO, J. B. S. **O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira**. São Leopoldo, RS: Cadernos IHU Ideias – UNISINOS, ano 13, nº234, v. 13, 2015

BIANCHI, A. M; ARAUJO DOS SANTOS, A. T. L. **Adam Smith: Filósofo e economista**. São Leopoldo: Cadernos IHU Ideias - UNISINOS, ano 3, nº 35, 2005.

BLANC, L. Organização do trabalho. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 191 – 228

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9^o ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 65-69

CADERNOS DE SOCIOLOGIA. **Apresentação**. Porto Alegre, UFRGS/PPGS, v. 9., p. 7-9, 1998.

CORREA, S. M. de S. (org). Migração e a (re)construção do Capital Social. **In: Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 303-334.

COSTA, A. B; COSTA, B. M. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais**. 2005. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf. Acessado em 13/02/2016

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2^o ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DRIMER, A. K.; DRIMER, B. **Las cooperativas: Fundamentos – História – Doutrina**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1973.

ESCHER, F. **Os assaltos dos moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná**. Porto Alegre, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – PGDR/UFRGS

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Cartilha do PNAE**: Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acessado em: 01/07/2016

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução N° 04/2015**: Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acessado em: 01/07/2016

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução N° 26/2013**. Altera artigos da Resolução N° 26/2013, referente a forma de seleção de projetos no âmbito do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao?limitstart=0>. Acessado em 06/07/16

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HUNT, E. K; LAUTZENHEIZER, M. **História do pensamento econômico**. 3° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO - CRESOL. **Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo: reposição módulo 1**. Francisco Beltrão, PR: Grafisul, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec – Abrasco. 1998

OWEN, R. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 191 – 228

PAULANI, L. M. **A (anti) filosofia de Karl Marx**. São Leopoldo, RS: Cadernos IHU - UNISINOS, ano 3, n° 41, 2005.

PIERUCCI, A. F. Em defesa da pluralidade e da multicausalidade. In.: **Max Weber: A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Leopoldo, RS: Cadernos IHU Ideias - UNISINOS, ano 1, n° 3, 2005. p. 17 – 22.

PINHO, D. B. **O embasamento teórico-doutrinário da atividade cooperativista**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Decreto n° 37.106/1955**. Institui a companhia da Merenda Escolar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 05/06/2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Lei 11.947/2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI
Acessado em: 02/09/2016

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Lei nº 11.947/2009**. Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br> Acessado em: 12/12/2015

SCHNEIDER, J. O. **A doutrina do cooperativismo: Análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais**. In: CGS, Cadernos Gestão Social, RGS. CIAGS e UNIVERSIDAD FEDERAL DA BAHIA – UFBA, Bahia, v.3, n.º.2, p.251-273, jul./dez. 2012

SCHNEIDER, J. O. **Fundamentação Sociológica da Cooperação**. Apostila utilizada nas aulas da Disciplina Identidade Cooperativa – História e Doutrina, PPG Especialização em Cooperativismo da UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2015. p. 22 – 28

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: A visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In.: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação Cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2003

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO**

Roteiro de Entrevista

Data da Entrevista:

Nome:

Data de Nascimento:

Escolaridade:

Naturalidade:

Instituição:

QUESTÕES NA ENTREVISTA:

- 1) De quem partiu a iniciativa para implementar o PNAE Agricultura Familiar no município?
- 2) De quem partiu a iniciativa para a criação da APREV?
- 3) Quais foram as instituições envolvidas na criação da APREV? (Prefeitura, STR, EMATER, ...)
- 4) Porque a APREV foi criada?
- 5) Que relação a criação da APREV mantém com a implementação do PNAE?
- 6) Como a APREV participou no PNAE Agricultura Familiar no município?
- 7) A execução do PNAE Agricultura Familiar no município é fundamental para que a APREV exista e funcione?
- 8) A existência da APREV é fundamental para que o PNAE funcione no município?
- 9) Que relações os agricultores mantinham com os demais associados na APREV antes da criação desta? Participavam no sindicato? Vizinhança? Ajuda mutua? Participavam na feira do Produtor Rural? Conviviam nas famílias?
- 10) Quais foram as novas relações estabelecidas entre os sócios na APREV a partir da sua criação? Filiaram-se ao Sindicato? Passaram a se ajudar na vizinhança? Ampliou a ajuda mutua? Passaram a participar na feira do Produtor Rural? Passaram a participar na Chamada Pública da Agroecologia?

- 11) O sindicato, a Feira do Produtor Rural, as agroindústrias, foram fortalecidos a partir da criação da APREV?
- 12) Que benefícios para os associados na APREV o (a) senhor (a) identifica a partir criação desta associação? (Políticas públicas, ajuda mutua, representação política, acesso a extensão rural)
- 13) O (a) senhor (a) percebe que os associados estão mais dispostos a cooperar entre si?
- 14) O PNAE contribui para viabilizar as unidades dos agricultores familiares fornecedores?
- 15) A implementação do PNAE em Estância Velha melhorou as condições para comercialização dos alimentos produzidos pelo associados (as) na APREV?
- 16) Quais benefícios para a comunidade o senhor percebe existir a partir da implementação do PNAE e criação da APREV?